

## Editorial

Publicar uma revista de educação implica responsabilidade social. Os editores de uma revista de universidade pública de qualidade reconhecida têm a obrigação de manifestarem-se sobre os principais temas de sua área. Se, como disse Celso Furtado, em artigo publicado recentemente, “a excelência de um cientista resulta do binômio imaginação e coragem, há momentos em que se amplia por sua atuação no plano político, pela responsabilidade de interferir no processo histórico”.

Este nos parece o momento em que os intelectuais não podem calar. Por sua responsabilidade moral e pelos compromissos éticos que devem nortear seu fazer, cabe aos intelectuais da área de Educação entrar no debate com os poderes públicos, encarregados de formular e implementar as políticas da área.

Em dois documentos dirigidos aos educadores brasileiros, às autoridades estaduais e municipais e à população brasileira, o ministro Cristovam Buarque e sua equipe propõem um pacto nacional pela educação. O ministro Buarque parte de um diagnóstico, exposto no primeiro documento – *Quadro da Tragédia Educacional Brasileira* –, para em seguida traçar metas de curto e médio prazo. No segundo documento – *Toda Criança Aprendendo* – lança os primeiros projetos de caráter nacional.

Todos nós conhecemos a gravidade da situação de escolarização de crianças e jovens no Brasil e, portanto, não desconhecemos o desafio e a urgência a serem enfrentados por um governo eleito para mudar, integrado pelos nossos colegas de lutas históricas por mais educação, mais saúde, mais trabalho e, especialmente, por mais justiça social. Não nos surpreende, pois, a preocupação saudável de toda a equipe do Ministério da Educação em debater com as lideranças políticas regionais, com as associações científicas e de classe do campo educacional, de maneira aberta e constante, como tem ocorrido até o momento. Mesmo a urgência declarada para a solução dos problemas pareceria previsível, mas este ponto é o primeiro a merecer reflexão.

Sobre o diagnóstico, que oferece a base para as metas de governo, talvez cinco dos dezoito indicadores que aparecem no documento sejam suficientes para justificar as metas de governo e para a nossa reflexão. São eles: “73,1% dos brasileiros com 18 anos ou mais não concluem o ensino médio; somente 42% da população com 15 anos ou mais completam a 8ª série; 28% da população com 11 anos ou mais não completam a 4ª série; a média salarial dos professores do ensino básico é de R\$ 530,00, sendo que 80% ganham em média R\$ 360,00; um brasileiro de classe média gasta 80 vezes mais em educação, ao

longo da vida, do que um brasileiro pobre. São R\$ 250 000,00 contra R\$ 3 200,00.”

Quanto às metas e projetos propriamente ditos, aparece com destaque a opção do Ministério pela escolarização básica, sendo o ensino fundamental a prioridade maior. Ao eleger tal prioridade o Ministério define metas ousadas de “100% das crianças até 14 anos na escola até 2006” e “100% das crianças até 17 anos na escola até 2010”. Dessas duas primeiras metas decorrem as oito metas seguintes que lhes são relacionadas, como é o caso da abolição do trabalho infantil, da prostituição infantil e do analfabetismo adulto.

Aparecem propostas para viabilizar não apenas a permanência na escola, mas para se conseguir a melhoria do desempenho escolar dos alunos, como: *o ensino fundamental com horário integral até 2010 e toda escola de ensino médio com horário integral até 2015*.

Das vinte e oito metas definidas para os próximos vinte anos, cinco estão diretamente voltadas para o professor - considerado o elemento-chave, aquele que faz a criança aprender - e seis referem-se às universidades brasileiras.

Se a educação nacional está uma tragédia e o elemento central do processo é o professor, nada mais justo do que tratar do professor em primeiro lugar. As propostas são de ampliar a formação inicial e continuada, criar uma carreira digna, um programa de valorização do professor, dobrar o salário médio até 2007 e definir um piso salarial nacional ainda em 2003. Até aqui tudo parece justo e correto.

Quanto às universidades as metas são mais abstratas. Pensa-se na criação de um novo projeto para a universidade brasileira, em ampliar a autonomia das universidades federais, na implantação da universidade aberta do Brasil.

Muitas outras idéias estão expostas no primeiro documento do Ministério. A inclusão de livros na cesta básica, livro como presente a ser distribuído na maternidade para os recém-nascidos, mala do livro, agente de leitura e a reescrita de clássicos da literatura adaptados ao gosto e aos limites cognitivos do recém-alfabetizado. Este último projeto já foi iniciado, com três títulos publicados (*Escrava Isaura, Triste Fim de Policarpo Quaresma e Garibaldi e Manuela*).

Este primeiro documento veio a público em maio de 2003 e já em junho apareceu o *Toda Criança Aprendendo*, com os primeiros projetos a serem implantados. Assim vai ficando mais clara a posição adotada pela equipe de governo. A ênfase recai sobre *avaliação, gratificação e formação*. Este é o tripé sobre o qual o governo apóia sua política e nele pretendemos ancorar nossa reflexão.

Cabe, assim, identificar os pressupostos que servem de base à nova política. Se de um lado está a idéia de que o professor é a figura central no processo de ensino, de outro fica claro que o professor está desqualificado para exercer suas funções; que já não acredita nas possibilidades de seu trabalho, como aparece no diagnóstico acima citado —*48% dos professores sofrem da síndrome da desistência, não vêem mais o aluno como um ser em evolução*. Essas idéias compõem a imagem do professor empobrecido, desanimado, descrente e incompetente.

Em nenhum momento aparece a própria instituição escolar sendo colocada em causa. Essa instituição estranha ao universo infantil, cujo formato e lingua-

gem são completamente estrangeiros a pelo menos 70% dos estudantes. A disciplina, as normas, os conteúdos formam uma coleção de abstrações de difícil digestão, mesmo para os adultos. A escola guarda muito poucas relações com o mundo dos sentimentos, com o mundo do trabalho, da sobrevivência. Professores e alunos são vítimas das abstrações do projeto republicano de sociedade. A escola foi inventada para garantir a igualdade que dá base à República. Por isso ela é igual para todos, sendo absolutamente desigual para indivíduos ainda mais desiguais.

Sem atentar para a gênese da instituição escolar pública e gratuita, para sua missão histórica de formar o cidadão livre, munido de direitos e deveres e para todo o entorno que ela exige para cumprir sua missão não é possível perceber a falsa condição reservada a ela na sociedade brasileira. É exatamente essa condição que faz os projetos para a educação nascerem fadados ao fracasso.

Entretanto, seguindo a nossa análise dos pressupostos, vemos que o tripé avaliação, formação, gratificação pensa tratar o mal pelo que aparece e não se preocupa em analisar mais profundamente as razões pelas quais o professor perdeu a confiança no seu trabalho e parece sempre desqualificado, por mais formação que se lhe ofereça. Mais ainda: não busca entender por que esse mal atinge somente a escola pública, se os professores das escolas particulares são em geral os mesmos das escolas públicas. Por que são qualificados e competentes numa e não na outra?

A resposta simplória é que o salário nas escolas públicas é muito baixo, o que é verdade, mas não toda a verdade. Ocorre que os alunos das escolas particulares são mais iguais do que os das escolas públicas e, por mais que aquela lhes seja estrangeira, já não é tanto, uma vez que sua família é escolarizada, a leitura faz parte do universo familiar, o grupo social ao qual pertence dá sentido ao que se ensina na escola.

É possível ainda identificar, como tela de fundo da política em questão, duas idéias que nos propomos discutir aqui. A primeira, a tentativa de buscar soluções para os problemas da escolarização, com mais escolas, mais horas na escola e mais horas de escolarização para o professor. Será essa a saída? Depois de identificarmos, nos últimos trinta anos, que o formato escolar – pleno de provas, exames, avaliações, notas e reprovações – era o grande responsável pela evasão escolar, voltamos com os mesmos instrumentos e ferramentas, às vezes com outros nomes, e os redimimos a todos.

É diante desse quadro que cabe perguntar se com avaliação, gratificação e formação temos como resolver o problema. Esse conjunto de soluções apresentado revela uma visão simplista e pragmática que combina bem com a urgência anunciada. Mais ainda, parte do princípio amplamente difundido na sociedade de consumo em que vivemos, que o professor: fará mais e melhor se for apoiado economicamente (gratificação); se for controlado de perto (certificação/provão a cada cinco anos); se estiver em permanente formação (formação continuada).

A imagem histórica do professor culto, autônomo, criativo estava ligada ao mundo da cultura, representava um pedaço especialmente considerado da so-

cidade. Este professor que se nos apresenta agora é o mais puro agente do Estado: esculpido e controlado por ele, para tocar não se sabe que projeto de sociedade. Pode-se ainda dizer mais: que o par formado por avaliação e gratificação financeira já denuncia a lógica que organiza a nova política. Nada mais taylorista, no velho padrão, para garantir maior produtividade em menor tempo. É também disso que se trata quando se fala de programas emergenciais, incentivo à formação continuada, gratificação e apoio ao letramento, tudo isso monitorado pelos poderes públicos, no que se refere aos resultados auferidos pelos alunos.

A avaliação, que já se havia convertido na menina-dos-olhos do governo anterior, agora mudou de lugar: deixa de ser o provão para os formandos para manifestar-se no chamado Programa de Certificação de Professores, que, dito de forma simples, é o Provão dos Professores, a ser aplicado a cada cinco anos. O Programa de Certificação dos Professores tem um agravante em relação ao Provão: ele é condição para o acesso às bolsas de estudo para a formação continuada. Assim, fecha-se o círculo – avaliação/gratificação/formação. O conjunto todo expressa a lógica de consumo e mercado que, na nossa ótica, responde pela inviabilidade do acesso de todos aos bens da cultura universal. Olhando para a escola brasileira ou mesmo ocidental, não podemos deixar de lembrar Mário de Andrade, o professor de música, homem político ligado à cultura, que dedicou sua vida à pesquisa das manifestações musicais e culturais do Brasil, para, como intelectual comprometido que era, poder registrar tais manifestações e dar-lhes oficialidade, inserindo-as no espaço da cultura universal. Essa é a imagem do professor pesquisador, autônomo e produtor de cultura, diverso daquele que aparece delineado nas entrelinhas da Proposta Governamental, onde identificamos uma certa suspeita que paira sobre os professores. De profissionais desqualificados eles passam a ser vistos como aqueles que não têm interesse em estudar e que são incapazes de buscar o saber e a cultura. A posição assumida pelo Estado é a de *tutela e monitoramento*. O lugar outrora privilegiado da autonomia do professor vai sendo ocupado pelos gerenciadores dos recursos públicos.

E aqui abrimos um parêntese para comentar o que ocorre com alguns programas já em andamento em estados e municípios. Referimo-nos especialmente a São Paulo, onde se anuncia a nova cultura em implantação nas instituições públicas, praga nova que se alastra rapidamente, conhecida como “parceria” e se implanta em nome da urgência, da produtividade e da eficiência. Tratamos do gerenciamento de grandes programas de formação de professores por meio de fundações, ONGs e assemelhados, em geral integrados por experientes professores universitários aposentados, profundos conhecedores no manejo da máquina pública e que fazem a intermediação entre secretarias estaduais e municipais de educação e as universidades públicas ou privadas. Essas fundações, operando dentro das regras empresariais e de mercado, prestam um desserviço à educação e patrocinam a privatização por dentro das universidades. Só para se ter uma idéia, elas contratam conferencistas, monitores, escritores de material didático, técnicos em audiovisuais e, com isso, montam cursos

para professores que se diplomam sem conhecer um *campus* universitário, sem ter visitado uma biblioteca, sem comprar um livro sequer.

Resultado de todo esse processo: desaparece o professor universitário, que pensa, pesquisa, cria - substituído por tarefeiros especializados; os livros são substituídos por apostilas adaptadas ao gosto e às possibilidades de consumo; as bibliotecas cedem lugar às telas de TV e de computador, plenas de imagens e de diálogos banais.

Uma última pergunta: quem, no final, ganha com tudo isso? As estatísticas oficiais, ao se anunciar o número de diplomados do período. E quem sabe quanto dos recursos públicos é repassado às fundações, ONGs e assemelhados?

É possível que nos lembrem alguns que todo o Programa de Governo será implementado pelos municípios, em última instância pelas escolas e professores e que aí há espaço para as singularidades. No entanto, algumas decisões tomadas no âmbito do Ministério guardam efeitos perversos sobre todo o sistema. Destacamos apenas duas dessas decisões: a primeira, como não poderia deixar de ser, é o exame de certificação já discutido aqui. A segunda, igualmente perversa, é o conjunto de propostas para as universidades, onde aos professores está reservado o ensino à distância, ainda a provar suas qualidades.

Nossa revista seguirá atenta aos novos lances políticos no campo da educação, sem mudar sua própria política comprometida com a publicação de textos originais e de temas relevantes, resultado de pesquisas cuja finalidade última é promover o debate com qualidade.

Neste número, estamos inaugurando a seção *Diverso e Prosa*, com o artigo do Professor Antonio Candido: *Professor, Escola e Associações Docentes*, publicado anteriormente em 1980. Esta seção buscará resgatar memórias, documentos, cartas, testamentos, entrevistas, textos raros, antigos, esgotados e clássicos da área da Educação, sempre atuais.

*Agueda Bernardete Bittencourt\**

\* Editora da Revista Pro-Posições. Diretora da Faculdade de Educação da Unicamp. [aguada@unicamp.br](mailto:aguada@unicamp.br)